



ACÓRDÃO Nº1373/2021– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11767/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE
- 4- **Responsável:** Ricardo Queiroz de Paiva (Gestor) e Thiago Nobre Rosas (Ordenador de Despesa)
- 5- **Exercício:** 2020
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4837/2021-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE. Exercício de 2020.

Regularidade. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do Senhor **Ricardo Queiroz de Paiva**, Gestor da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE, referente ao exercício de 2020, do Senhor **Thiago Nobre Rosas**, Ordenador de Despesas da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.3. **Dar quitação** ao Senhor **Ricardo Queiroz de Paiva**, Gestor da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE, à época, nos



ACÓRDÃO Nº1373/2021– TCE–TRIBUNAL PLENO

termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.4. Dar quitação ao Senhor **Thiago Nobre Rosas**, Ordenador de Despesas da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE, à época, nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.5. Determinar que seja recomendado à Origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.5.1. Saldo existente na conta “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, no Balanço Financeiro;

10.5.2. Saldo existente na conta “Adiantamentos Concedidos”, no Balanço Financeiro;

10.5.3. Saldo existente na conta “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”, no Balanço Patrimonial;

10.5.4. Saldo existente na conta “Valores Restituíveis”, no Balanço Patrimonial;

10.5.5. Saldo existente na conta “Outras Obrigações a Curto Prazo”, no Balanço Patrimonial;

10.5.6. Diferença de saldo encontrado entre despesas liquidadas e despesas pagas no saldo da conta “pessoal e encargos sociais”, no Balanço Orçamentário;

10.5.7. Ausência de registros de convênios assinados pela DPE-AM;

10.5.8. Ausência das cópias das Declarações de Bens atualizadas dos servidores que exercem cargos comissionados e dos Diretores da Entidade, em consonância com o art. 13, da Lei nº 8.429/92, disposições legais da Lei nº 8.730/93 c/c art. 289, da Resolução nº 04/02 – TCE AM;

10.5.9. Ausência da cópia do Quadro de Pessoal, Plano de Carreira, Cargos e Salário e cópia do documento legal de criação de cargos, conforme artigos 39, §§ 1º e 8º e 61, inciso II, alínea “a” da Constituição Federal ou legislação específica;



ACÓRDÃO Nº1373/2021– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.5.10. Ausência da cópia do organograma da DPE-AM, ato designatório de criação do setor de Auditoria Interna, rol de agentes envolvidos, a natureza do vínculo laboral, assim como a qualificação acadêmica, conforme determina o art. 43 da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 45 da CF/88.

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Dezembro de 2021

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr.João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral